

ATA DA 78ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 20 de fevereiro de 2013

LOCAL: Auditório da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Ceará.

1 Aos vinte dias do mês de fevereiro de dois mil e treze, às nove
2 horas e trinta minutos, no Auditório da Procuradoria Geral de
3 Justiça, reuniram-se para a 78ª Reunião Ordinária do Conselho
4 Estadual Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos -
5 CEG/FDID, sob a Presidência do **Dr. Germano Vieira da Silva**,
6 Vice-Presidente do CEG/FDID, representando a Procuradoria Geral
7 do Estado - **PGE**, as Conselheiras e Conselheiros adiante
8 indicados: **Dr. Diêgo Lima de Oliveira**, representando o Conselho
9 de Políticas e Gestão do Meio Ambiente - **CONPAM**; **Dra. Rimena**
10 **Alves Praciano**, representando a Secretaria da Saúde do Estado do
11 Ceará - **SESA**; **Dr. Raimundo Batista de Oliveira**, representante da
12 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Planejamento Urbano
13 - **PJMA**; **Dr. Antônio Carlos Azevedo Costa**, representando o
14 Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - **DECON**;
15 **Dra. Diana da Cunha Moura**, representando a Secretaria da Fazenda
16 do Estado do Ceará - **SEFAZ**; **Dra. Anny Soares Oliveira**,
17 representando a Secretaria do Turismo do Estado do Ceará -
18 **SETUR**; **Deputado Fernando Hugo**, representando a Assembleia
19 Legislativa do Estado do Ceará - **AL** e **Dra. Maria Leinad**
20 **Vasconcelos Carbogim**, representante da Fundação Brasil Cidadão
21 para Educação, Cultura e Tecnologia - **FBC**. Justificou ausência: o
22 representante da Procuradoria Geral de Justiça - **PGJ**; a
23 representante do Centro de Apoio Operacional de Proteção à
24 Ecologia, Meio Ambiente, Paisagismo, Patrimônio Histórico e
25 Cultural - **CAOMACE** e a representante da Secretaria da Ciência,
26 Tecnologia e Ensino Superior - **SECITECE**. Faltou: o representante
27 da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará - **SECULT**. Sem
28 representação: 2 (duas) ONG's. **Dr. Germano Vieira da Silva** - Bom
29 dia a todos. Em razão da ausência justificada do Procurador-
30 Geral de Justiça coube-me hoje abrir os trabalhos. Então, eu
31 vou agilizar o máximo aqui em virtude da demora que houve para o
32 início. O primeiro item da nossa pauta de hoje é a apresentação
33 dos demonstrativos referentes aos valores recolhidos ao fundo
34 referentes aos meses de dezembro de 2012 e janeiro de 2013. Eu
35 pergunto à Ivonete se todos os membros já têm esses
36 demonstrativos em mãos. Já? Antes de por em votação, eu vou
37 perguntar à nossa técnica contábil para nos dizer se esses
38 valores batem. Estão batendo? Já temos um parecer contábil
39 suscito aqui, mas de qualquer modo pergunto aos membros se
40 todos têm condições de deliberar a respeito desse demonstrativo
41 ou se querem mais um tempo para analisar? Posso por em votação?
42 Todos já se sentem habilitados ou não? Posso por em votação?
43 Posso, não é? Então, vou por em votação. Agilizar o máximo aqui.
44 **Dr. Diêgo Lima de Oliveira** - Aprovado. **Dr. Raimundo Batista de**
45 **Oliveira** - Aprovado. **Dr. Antônio Carlos Azevedo Costa** -
46 Aprovado. **Dra. Rimena Alves Praciano** - Aprovado. **Dra. Diana da**
47 **Cunha Moura** - Aprovado. **Dra. Maria Leinad Vasconcelos Carbogim** -
48 **Aprovado. Dra. Anny Soares Oliveira** - Aprovado. **Dr. Germano**

49 **vieira da Silva** - Vamos ao segundo item da nossa pauta.
50 Deliberação sobre as solicitações do CONPAM, referentes aos
51 projetos Certificação Praia Limpa e Manejo Sustentável da
52 Produção Agropecuária. Eu vou passar a palavra à Ivonete para
53 que ela circunstancie essa situação. Há uma solicitação do
54 CONPAM de prorrogação de prazo e também de utilização de saldo
55 decorrente da execução dos projetos. Eu vou passar a palavra à
56 Ivonete para que ela explique melhor essa situação. Por favor,
57 Ivonete. **Maria Ivonete Batista Albuquerque** - Bom dia a todos. O
58 CONPAM, por meio dos ofícios n°s 203 e 202/2013, solicitou o
59 prazo de vigência dos dois Termos de Descentralização de Crédito
60 Orçamentário relativos aos projetos Certificação Praia Limpa e
61 Manejo Sustentável da Produção Agropecuária, que terminam,
62 agora, no dia 29 de março. Então, eles estão pedindo para
63 prorrogar até 30 de setembro de 2013. Como os senhores têm aí os
64 ofícios, ele justifica aqui o porquê das prorrogações que foram
65 devidos aos entraves burocráticos, como também aos processos
66 licitatórios. E no projeto Praia Limpa ele informa da existência
67 de um saldo de R\$ 5.260,00 (cinco mil, e duzentos e sessenta
68 reais), referente a elaboração de material de divulgação. Cita o
69 uso do recurso na elaboração de material de divulgação: 1.500
70 (hum mil e quinhentas) cartilhas e 10 (dez) banners. No projeto
71 Manejo sustentável da Produção agropecuária, ele faz o mesmo
72 pedido de prorrogação de prazo exposto no ofício n° 203 e também
73 comunica a existência de um saldo de aproximadamente R\$
74 45.850,00 (quarenta e cinco mil e oitocentos e cinquenta reais)
75 referente a material didático, e solicita autorização deste
76 Conselho para utilizar esses recursos na realização de mais 2
77 (dois) cursos de capacitação, como também a confecção de 1.000
78 (hum mil) camisetas, bonés e sacolas ecológicas necessárias à
79 divulgação do projeto. Nesse ofício, aqui, faltou dizer...
80 Porque são dois tipos de cursos, não é? Para os técnicos e...
81 Essas camisetas, bonés e sacolas não constam no projeto que foi
82 aprovado. **Dra. Viviane Gomes Monte** - Bom dia. Está na minha
83 responsabilidade um dos projetos e também acompanho de perto...
84 Primeiro eu queria justificar a existência desse saldo. Quando a
85 gente orçou as cartilhas foi em cima dos recursos que foram
86 solicitados ao FDID. Quando a gente licitou, o preço caiu
87 bastante, não é? A gente imagina que o mercado financeiro tenha
88 dado uma reviravolta. Eu não sei bem qual é a justificativa
89 porque a parte de conteúdo não foi... Não foi a gráfica que fez,
90 foram os técnicos que fizeram. Eu penso que na hora da
91 contratação isso influenciou. De forma que a gente visualizou
92 esse saldo, e tendo em vista que no caso específico do
93 projeto... E também no de Certificação praia limpa, a
94 expectativa desse projeto tenha alcançado junto ao público alvo
95 tem uma dimensão que a gente não imaginava. Mas especificamente
96 falando no Manejo, o curso de técnica de manejo da produção

97 agropecuária já está em sua segunda turma e com demandas dos
98 gestores municipais para esse curso. Novos gestores assumiram, e
99 como a gente discute a questão da agricultura orgânica, a
100 questão do manejo integrado de pragas, do uso correto dos
101 agrotóxicos, isso tem criado uma expectativa muito grande e um
102 interesse despertado. Nós já fomos procurados por vários
103 gestores pedindo para colocarmos os cursos à disposição dos
104 municípios. Para os municípios a gente vai trabalhar com as
105 oficinas dos produtores, mas estamos pedindo ao FDID que nos
106 permita descentralizar os cursos para as macroregiões. Então,
107 Limoeiro já encaminhou oficialmente uma demanda, e como aquela
108 região é uma região nessa questão do uso indiscriminado dos
109 agrotóxicos, a gente viu que existe uma demanda insatisfeita em
110 relação a esse projeto. Em relação ao material de divulgação,
111 nós não pedimos da outra vez camisetas, bonés e cartilhas porque a
112 gente percebeu que, principalmente, os técnicos usam as
113 camisas, eles usam as sacolas. Nós, agora, estamos com uma
114 turma que foi uma solicitação da Federação dos Trabalhadores.
115 São técnicos das organizações não governamentais que dão
116 assistência aos produtores e nós colocamos algumas camisas nas
117 pastas de projetos que a gente desenvolve, e eles estão todos lá
118 vestidos com as camisas. Acho que é um momento de divulgação
119 do projeto. É muito importante para o alcance dos nossos
120 resultados. Então, eu estou aqui pedindo autorização dos
121 senhores para utilizar o saldo dos recursos dos dois projetos
122 para as atividades que nós estamos propondo. **Dr. Germano Vieira**
123 **da Silva** - Obrigado. Eu indago aos membros do Conselho se todos
124 entenderam, se necessitam de maiores esclarecimentos, e se posso
125 já por a matéria em discussão? **Dr. Raimundo Batista de Oliveira**
126 - eu quero saber se é possível, se tem amparo legal (sem áudio)
127 **Dr. Germano Vieira da Silva** - Ótimo. Eu vou passar a palavra à
128 Ivonete e ela vai ler uma cláusula do próprio Termo de
129 Descentralização Orçamentária, dos próprios Termos de
130 Descentralização de Crédito Orçamentário, que são dois, não é
131 isso? Por favor, Ivonete. **Maria Ivonete Batista Albuquerque** - No
132 Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário, tem aqui nos
133 dois, na cláusula terceira, no parágrafo quarto, diz assim: " É
134 obrigatória a restituição pelo Órgão Gerenciador do Crédito ao
135 Órgão Titular do Crédito de eventual saldo dos recursos
136 descentralizados, da contrapartida, inclusive os rendimentos da
137 aplicação financeira, na data da conclusão ou extinção deste
138 Termo". **Dr. Raimundo Batista de Oliveira** - Ou seja,... **Dr.**
139 **Antônio Carlos Azevedo Costa** - A lei proíbe. **Dra. Rimena Alves**
140 **Praciano** - É orientação da Secretaria da Controladoria e da
141 colega da SEFAZ que esses recursos sejam gastos naquele
142 exercício financeiro, não é? O saldo, normalmente, a gente
143 devolve os recursos. Inclusive em outros projetos aqui do FDID a
144 gente tem tido essa política de devolução. Inclusive, eu

145 gostaria de parabenizar o sucesso e sugerir que se está tão bom,
146 porque não abre agora para esse edital deste ano um novo projeto
147 com cursos, continuando, começando de novo, já que... **Deputado**
148 **Fernando Hugo** - Boa tarde. **Dr. Germano Vieira da Silva** - Para
149 efeito da ata, vou registrar a presença do nobre Deputado. Bem,
150 a matéria ainda está em discussão. Pergunto mais uma vez se
151 todos entenderam o teor da solicitação do CONPAM. Todos
152 entenderam as solicitações do CONPAM? Bem, a matéria ainda está
153 em discussão. **Dr. Raimundo Batista de Oliveira** - Eu ainda estou
154 aguardando a resposta. Se na legislação tem esse aproveitamento.
155 **Dr. Germano Vieira da Silva** - Se o senhor me permitir, ela
156 acabou de ler uma cláusula do próprio Termo de Descentralização
157 Orçamentário. No entanto, é uma solicitação dirigida ao
158 Conselho. Na minha visão é bastante claro. Então, o Conselho
159 precisa deliberar sobre isso. **Dr. Raimundo Batista de Oliveira** -
160 Se não usou tem que haver devolução, é isso. Pronto. **Dr. Germano**
161 **Vieira da Silva** - Se bem que eu não posso votar, mas é isso. **Dr.**
162 **Raimundo Batista de Oliveira** - Sinalizou que tem que haver
163 devolução. **Dr. Germano Vieira da Silva** - Exato. Mas como é uma
164 solicitação dirigida ao Conselho, diante pelo que eu vejo aqui,
165 houve um êxito relevante dos projetos, graças a competência do
166 CONPAM, mas diante disso digo o seguinte para os senhores que
167 têm que votar que a matéria ainda está em discussão e se todos
168 já se sentem habilitados a deliberar sobre o assunto. Posso por
169 em votação? **Dra. Maria Leinad Vasconcelos Carbogim** - (sem
170 áudio). **Dr. Antônio Carlos Costa** - Eu queria que a Secretária
171 passasse para ele o que se está discutindo. **Dr. Germano Vieira**
172 **da Silva** - Pela ordem, eu vou continuar lá com a Doutora Leinad.
173 Pois não, Doutora Leinad. **Dr. Germano Vieira da Silva** - Sim,
174 para engrandecer a discussão. **Dra. Maria Leinad Vasconcelos**
175 **Carbogim** - Então, alguém perguntou: a lei diz o quê? O Conselho
176 tem o poder de decidir mesmo que o regimento aí diga que a
177 prática é devolver? Se o Conselho não tiver essa possibilidade
178 de decidir ou não da continuidade do projeto, nem convém botar
179 em discussão. Se o Conselho votar pela... Se a maioria do
180 Conselho votar pela continuidade do projeto, essa flexibilidade
181 seria para ele terminar. Essa é a pergunta: o Conselho tem esse
182 poder? **Dr. Germano Vieira da Silva** - Se a senhora me permite. A
183 questão é que formalmente há uma solicitação dirigida ao
184 Conselho. Essa é a única questão. E a solicitação é basicamente
185 isso. **Dra. Maria Leinad Vasconcelos Carbogim** - O Conselho tem o
186 poder dizer: "olhe, nós vamos votar a favor de que eles
187 terminem". E aí? **Dr. Germano Vieira da Silva** - O Conselho
188 precisa se manifestar sobre isso na minha visão de presidência.
189 **Dra. Maria Leinad Vasconcelos Carbogim** - Não respondeu minha
190 pergunta, não. (16:19) **Dr. Raimundo Batista de Oliveira** - Existe
191 uma cláusula proibitiva. **Dr. Germano Vieira da Silva** - Exato.
192 **Dra. Maria Leinad Vasconcelos Carbogim** - (sem áudio) ...até

193 porque as leis têm flexibilidade. Se não tiver, e não pode,
194 então o que é que nós estamos fazendo aqui? Porque botar para
195 votar se não tem possibilidade de alterar? **Dr. Germano Vieira da**
196 **Silva** - Se a senhora me permite, assim a minha visão, já que a
197 senhora levantou a questão, é a seguinte: na visão do Doutor
198 Batista, por exemplo, existe uma cláusula proibitiva. Só que eu,
199 pessoalmente, eu, particularmente, a senhora particularmente,
200 como membro, não pode de antemão excluir essa apreciação do
201 Conselho, que é uma solicitação dirigida ao Conselho. Como o
202 Conselho vai deliberar, aí é uma questão do Conselho, embora
203 haja essa cláusula. **Dra. Maria Leinad Vasconcelos Carbogim** - A
204 pergunta é se o Conselho tem o poder de deliberando a favor da
205 continuidade, mesmo indo de encontro a essa legislação que eles
206 podem ser beneficiados. **Dr. Germano Vieira da Silva** - Vai
207 depender da manifestação do Conselho. Eu vou... (sem áudio) **Dr.**
208 **Germano Vieira da Silva** - Sim, claro, claro. A minha conduta,
209 estando no momento dirigindo os trabalhos, aqui, é por em
210 votação. É minha obrigação, inclusive. Eu vou passar a palavra
211 para a Ivonete para que novamente ela explique a situação para
212 que o nosso membro recém-chegado possa também participar da
213 discussão. **Maria Ivonete Batista Albuquerque** - O ponto dois da
214 pauta é... **Deputado Fermnado Hugo** - São os ofícios 202 e...
215 **Maria Ivonete Batista Albuquerque** - E o 203. São dois termos.
216 São dois projetos: Certificação Praia Limpa e Manejo Sustentável
217 da Produção Agropecuária. Pede para prorrogar e para utilizar os
218 recursos que sobraram, certo? No ofício 203 que é o da
219 Certificação Praia Limpa, eles explicam aqui porque é que eles
220 estão pedindo a prorrogação e a utilização de um saldo de R\$
221 5.260,00 (cinco mil, duzentos e sessenta reais) referente ao
222 material de divulgação. E essa autorização refere-se à
223 elaboração de material de divulgação que são: 1.500 (hum mil e
224 quinhentas) cartilhas e 10 (dez) banners. Eu até estive vendo, e
225 até falei com a Viviane que a gente viu como veio o valor, e eu
226 tomei por parâmetro, o que foi apresentado no projeto inicial,
227 não é? Eles dizem que é de R\$ 5.260,00 (cinco mil, duzentos e
228 sessenta reais), e quando eu fui fazer a conta das cartilhas ao
229 preço de R\$ 5,00 (cinco reais), a soma deu R\$ 7.500,00 (sete mil
230 e quinhentos reais). E dos banners, que o preço é de R\$ 150,00
231 (cento e cinquenta reais), e são 10 (dez), deu 1.500,00 (hum mil
232 e quinhentos reais). Então, o valor total foi de R\$ 9.000,00
233 (nove mil reais). Quer dizer, está acima do que está aqui, que é
234 de R\$ 5.260,00 (cinco mil, duzentos e sessenta reais), não é? Eu
235 até falei com a Viviane. Ela acabou de dizer, ali, que é por
236 conta de ter baixado o valor do material. E no outro ofício, que
237 é o 202, o projeto é o Manejo Sustentável da Produção
238 Agropecuária. Ele também pede a prorrogação de prazo pelo mesmo
239 motivo, por conta dos processos licitatórios, e também informa
240 um saldo de R\$ 45.850,00 (quarenta e cinco mil, oitocentos e

241 cinquenta reais) e que está pedindo para ser utilizado para a
242 realização de 2 (dois) cursos de capacitação, mas não dizem
243 quais os cursos, como também a confecção de 1.000 (hum mil)
244 exemplares de camisetas, bonés e sacolas. Essas camisas, bonés e
245 sacolas ecológicas, no projeto que foi aprovado em 2011 não
246 constavam a solicitação desse material. **Deputado Fernando Hugo** -
247 Estou satisfeito. Obrigado. Agradeço a sua leitura. **Dr. Germano**
248 **Vieira da Silva** - A matéria continua em discussão. **Deputado**
249 **Fernando Hugo** - Presidente, eu só queria fazer uma pergunta.
250 Existe algum entrave legal em relação a essas solicitações?
251 Porque se nós nos portarmos a deliberar com fulcro num amparo
252 legal, tudo bem. Mas se nós deliberarmos ferindo, indo de
253 encontro ou até burlando um texto legal, eu acredito que a gente
254 possa estar cometendo alguma coisa que meritariamente será
255 plausível, porém legalmente reprovado. **Dr. Germano Vieira da**
256 **Silva** - Sim. Há uma cláusula que já foi lida aqui pela Ivonete,
257 e vou agilizar e ver aqui para o senhor. Nos Termos de
258 Descentralização de Crédito Orçamentário existe uma cláusula, a
259 terceira, parágrafo quarto, que ela é textual, e diz assim: "É
260 obrigatória a restituição pelo Órgão Gerenciador do Crédito ao
261 Órgão Titular do Crédito de eventual saldo dos recursos
262 descentralizados, da contrapartida, inclusive os rendimentos da
263 aplicação financeira, na data da conclusão ou extinção deste
264 Termo". Acho que é muito claro. Pergunto: se alguém mais quer se
265 manifestar ou posso por a matéria em discussão? Posso? Então, a
266 matéria vai para deliberação, começando pelo Dr. Diêgo Oliveira
267 do CONPAM. Aliás, o CONPAM é impedido nessa solicitação.
268 Desculpe-me. Vamos começar pela Doutora Rimena Alves Praciano.
269 **Dra. Rimena Alves Praciano** - Meu voto é pela não aceitação da
270 solicitação, sugerindo que seja feita através de um novo projeto
271 apresentado para o edital de 2013, em vista do sucesso, do
272 alcance da execução dos projetos atuais. **Dr. Germano vieira da**
273 **Silva** - Obrigado. **Dr. Raimundo Batista de Oliveira** - Em face da
274 cláusula já citada sou pelo indeferimento da súplica. **Dr.**
275 **Germano Vieira da Silva** - Obrigado. **Dr. Antônio Carlos Azevedo**
276 **Costa** - Senhor Presidente, eu gostaria de fazer um comentário.
277 Em primeiro lugar parabenizando o órgão que tratou muito bem o
278 dinheiro público, é tanto que sobrou, e ao mesmo tempo dizer que
279 com o coração triste porque existe um amparo contrário na lei
280 dizendo que não podemos acolher. E como Conselheiro e como
281 republicano que todos nós somos, ter zelo pela coisa pública até
282 mesmo para resguardar de possíveis processos por probidade
283 administrativa. Mas eu quero transmitir aqui a nossa
284 representante que veio fazer a solicitação que retificando o
285 voto da Rimena, que em outra oportunidade surgirá e, com
286 certeza, ele conseguirá até mesmo pelos precedentes como foram
287 utilizados os recursos públicos, votará com maior tranquilidade
288 em favor daquele órgão. Então, por esse motivo, por não existir

289 um parecer da assessoria jurídica dizendo, embora a lei diz que
290 proíbe, não é? Porque o ideal nesses casos seria que já viessem
291 com uma observaçãozinha de uma análise, se o Conselho tivesse.
292 A gente já ganharia tempo, pois essa discussão se tornaria
293 desnecessária. Existe impeditivo tal e tal. Pronto, aí era só
294 votar. Nesse contexto o meu voto é pela negativa. **Maria Ivonete**
295 **Batista Albuquerque** - Mas é porque as solicitações já chegaram
296 agora. **Dr. Germano Vieira da Silva** - Obrigado. **Deputado Fernando**
297 **Hugo** - Eu acompanho o voto dos que me antecederam com brilho e
298 com transparência registrando até que se faça documentalmente o
299 que foi explicitado pelos nobres pares para que lá saibam que
300 não estamos aqui pirraçando ou fazendo um insulto infantilício.
301 Estamos amparados na lei deliberando para que evite-se, sim,
302 situações desse tipo, que sejam resolvidas só através de **um**
303 **ofício. É o meu voto. (26:02)Dr. Germano Vieira da Silva** -
304 Obrigado. **Dra. Diana da Cunha Moura** - Eu voto pela não aprovação
305 diante da cláusula terceira, parágrafo quarto do Termo de
306 Descentralização de Crédito Orçamentário. **Dr. Germano Vieira da**
307 **Silva** - Obrigado. **Dra. Maria Leinad Vasconcelos Carbogim** - Não
308 existe nem um espaço de aditivo, não é? Eu só queria
309 compreender, por isso que eu levantei essa questão. Eu me
310 abstenho por não entender muito a questão de que a gente
311 delibera, mas não delibera, não é? **Dr. Germano Vieira da Silva** -
312 A senhora se abstém? **Dra. Maria Leinad Vasconcelos Carbogim** -
313 **Sim. Dr. Germano Vieira da Silva** - Uma abstenção. **Dra. Anny**
314 **Soares Oliveira** - Eu me abstenho também por falta de... **Dr.**
315 **Germano Vieira da Silva** - Ótimo. Duas abstenções. **Dra. Rimena**
316 **Alves Praciano** - Foi uma prorrogação de prazo e utilização de
317 restos de recursos. **Maria Ivonete Batista Albuquerque** - Foi.
318 **Dra. Rimena Alves Praciano** - Pela prorrogação de prazo pode
319 acatar. **Dr. Germano Vieira da Silva** - Veja só. Pela ordem.
320 Diante da sua indagação, Rimena, se eu estiver errado, Ivonete,
321 me corrija. O projeto foi executado. Os dois projetos foram
322 executados, e com isso... **Maria Ivonete Batista Albuquerque** -
323 Não. Não foram ainda, não. **Dr. Germano Vieira da Silva** - Ainda
324 estão sendo executados. **Maria Ivonete Batista Albuquerque** -
325 Estão sendo executados, por isso que ele pediu a prorrogação dos
326 prazos. **Dr. Germano Vieira da Silva** - Esta prorrogação é...
327 **Maria Ivonete Batista Albuquerque** - É até setembro. **Dr. Germano**
328 **Vieira da Silva** - Por uma questão de ordem e de necessidade
329 também de votação, pergunto se é necessário uma discussão a
330 respeito da matéria dessa solicitação de prorrogação somente.
331 Nós não estamos falando da utilização do eventual saldo. Mas sim
332 de uma prorrogação para finalizar as execuções desses projetos.
333 A matéria está em discussão. **Dr. Raimundo Batista de Oliveira** -
334 Quando...(sem áudio)...com essa prorrogação ainda vai ter esse
335 saldo? **Maria Ivonete Batista Albuquerque** - O próprio órgão é que
336 tem que dizer, pois é ele que está executando. **Dr. Germano**

337 **Vieira da Silva** - Por favor, explique essa situação para o
338 Doutor. **Dra. Diana da Cunha Moura** - Eu acho que tem que ficar
339 muito claro para o Conselho o seguinte: se nós aprovar-mos a
340 prorrogação para terminar a execução, não será necessária a
341 utilização dos saldos. **Dra. Viviane Gomes Monte** - Esse saldo é
342 referente a aquisição de material didático: cartilhas, folders e
343 banners. O processo licitatório com relação a esse material já
344 foi concluído. Então, a empresa, inclusive, já está terminando a
345 confecção das cartilhas. Então, com certeza esse saldo que foi
346 contratado permite que a gente... **Dra. Rimena Alves Praciano** -
347 As cartilhas estavam previstas num projeto que a gente já tinha
348 aprovado. O que não houve aprovação foram das camisas e bonés.
349 **Dra. Viviane Gomes Monte** - Isso, isso. Os Conselheiros precisam
350 de mais algum esclarecimento da minha parte? **Dr. Raimundo**
351 **Batista Oliveira** - A prorrogação, em não ocorrendo, esse
352 dinheiro será restituído? **Dra. Viviane Gomes Monte** - Sim, sim.
353 **Dr. Germano Vieira da Silva** - Parece-me que essa situação ela
354 está clara. Assim: diante da execução parcial do projeto há um
355 saldo definido. Tanto é verdade que ele está nominalmente...
356 Então, isso já está esclarecido. Ótimo. Então, eu vou colocar em
357 votação simplesmente a solicitação de prorrogação desse prazo
358 para finalizar os projetos. **Dra. Maria Leinad Vasconcelos**
359 **Carbogim** - Na primeira a gente não pode porque, legalmente, tem
360 que ser devolvido os recursos. Como é que a gente autoriza,
361 delibera sobre a ampliação do prazo sem recurso? **Maria Ivonete**
362 **Batista Albuquerque** - Está sobrando recursos. **Dra. Maria Leinad**
363 **Vasconcelos Carbogim** - Quer dizer que ele não devolveria... **Dr.**
364 **Raimundo Batista de Oliveira** - Isso é saldo. O projeto já está
365 custeado. **Dra. Diana da Cunha Moura** - Isso é sobra, é saldo.
366 **Dra. Maria Leinad Vasconcelos Carbogim** - Ok. **Dr. Germano Vieira**
367 **da Silva** - É um saldo definido, que necessariamente vai existir
368 no final. É relativo a compra de quê? Compra de cartilhas. Eles
369 conseguiram comprar por menos do que foi previsto, e esse saldo
370 já está definido. **Dr. Raimundo Batista de Oliveira** - Cumpriram
371 as metas, e sobrou. **Dr. Germano Vieira da Silva** - Exato. Então,
372 eu vou por em votação essa solicitação de dilatação de prazos.
373 **Dra. Rimena Alves Praciano** - Saúde, pela prorrogação. **Dr.**
374 **Raimundo Batista de Oliveira** - Pela prorrogação. **Dr. Antônio**
375 **Carlos Azevedo Costa** - Pela prorrogação. **Deputado Fernando Hugo**
376 - Pela prorrogação. **Dra. Diana da Cunha Moura** - Pela
377 prorrogação. **Dra. Maria Leinad Vasconcelos Carbogim** - Eu vou
378 continuar me abstendo. **Dr. Germano Vieira da Silva** - Uma
379 abstenção. **Dra. Anny Soares Oliveira** - Pela aprovação da
380 prorrogação. **Dr. Germano Vieira da Silva** - Obrigado. Aprovado.
381 **Dra. Rimena Alves Praciano** - ... (sem áudio) ...que vocês
382 tivessem cuidado com esses planos de trabalho, que com tantos
383 aditivos de prorrogação de prazo, às vezes, a gente esquece de
384 atualizar o plano de trabalho. É importante atualizar o plano

385 tanto em relação às parcelas, como em relação ao cronograma,
386 certo? **Dr. Germano Vieira da Silva** - Dando continuidade a nossa
387 pauta, nos assuntos gerais, a Ivonete me colocou aqui a
388 necessidade dos membros do Conselho ter conhecimento a respeito
389 do ofício nº 97/2013 do DECON sobre a execução do projeto
390 Reaparelhamento e Modernização do Ministério Público da
391 Procuradoria Geral de Justiça. Então, eu passo a palavra à
392 Ivonete para que ele dê conhecimento ao Conselho desse ofício.
393 **Maria Ivonete Batista Albuquerque** - Foi dirigido ao Presidente
394 do Conselho, para dar ciência ao Conselho, o ofício
395 97/2013/GAB/DECON, referente ao projeto Reaparelhamento e
396 Modernização do Ministério Público, da Doutora Ann Cely. O teor
397 do ofício é o seguinte: "Senhor Procurador-Geral, cumpre-nos o
398 dever de informar a Vossa Excelência, a impossibilidade
399 encontrada por este Órgão em finalizar o Projeto de
400 Reaparelhamento e Modernização do Ministério Público do Ceará,
401 tendo em vista o excesso de formalidades nos procedimentos
402 licitatórios da PGJ, e que, conseqüentemente, ainda estão em
403 andamento. Acreditamos que no início de abril do corrente ano o
404 projeto estará finalizado, e, desta forma, poderemos apresentar
405 a devida prestação de contas ao FDID". **Dr. Germano Vieira da**
406 **Silva** - Vamos passar agora ao último item da nossa pauta. Na
407 última reunião foi deliberada a realização de um seminário para
408 esclarecer aos eventuais interessados na apresentação de
409 projetos nesse ano a respeito das condições, dos requisitos, de
410 como proceder para evitar o que tem ocorrido. Projetos
411 apresentados com defeitos, sem os requisitos necessários, não
412 observando com atenção o que o edital prevê. Então, entre nós
413 ficou definido que seria feito um seminário para tentar corrigir
414 esses defeitos, esses problemas nos projetos. Foram definidas as
415 datas para a realização em 4 e cinco de março das 8 às 12h, e
416 antes de começar a reunião a Ivonete me informou que essas datas
417 parecem ser inviáveis. (35:04 a 35:53 - problema na gravação)
418 **Maria Ivonete Batista Albuquerque** - Como está em cima da hora e
419 não vai dar tempo para fazer a divulgação, e também por conta de
420 muito trabalho que estão sendo realizados por conta... **Dr.**
421 **Raimundo Batista de Oliveira** - Do Conselho Nacional do
422 Ministério Público. **Maria Ivonete Batista Albuquerque** - a gente
423 vai entrar em contato com a comissão para serem definidas novas
424 datas. Será definido o período, que serão dois dias. Eu gostaria
425 até de pedir aos Conselheiros para divulgarem o edital em seus
426 órgãos, entidades. Está na pasta dos senhores para ser divulgado
427 e fixado em cada órgão o edital e toda a legislação referente a
428 projetos. Já estão disponibilizadas na página da *internet* PGJ.
429 Já está sendo divulgado pela Assessoria de Comunicação daqui.
430 Foram enviados ofícios aos prefeitos municipais, como também a
431 divulgação para as ONGs, e também para as entidades
432 governamentais. **Dr. Germano Vieira da Silva** - Na reunião de

433 segunda, como eu não pude estar presente, pois tive audiência no
434 interior... Se a única coisa que está pendente diante dessa
435 inviabilidade são as datas? Então, a comissão precisa se reunir
436 para definir essas datas. Isso seria até quando? **Maria Ivonete**
437 **Batista Albuquerque** - Eu vou falar com a Doutora Vanja e então
438 ela marca, não é? Ou então liga para todos para remarcar **Dr.**
439 **Germano Vieira da Silva** - Eu acho que não precisa nem de reunião
440 para isso. Diante dessa inviabilidade aqui, se o que fica
441 pendente são as datas, eu acho que isso não precisa de reunião.
442 Isso pode ser feito... **Dra. Rimena Alves Praciano** - Tem que
443 falar com a Doutora Vanja, não é? **Dr. Germano Vieira da Silva** -
444 Sim, claro. A comissão e a Doutora Vanja para ver quais são as
445 melhores datas, não é isso? Então, vamos deixar a cargo da
446 secretaria esse contato com todos para definir essas datas. Esse
447 assunto foi colocado pelo menos como último item da pauta por
448 ser um assunto de interesse do Conselho, em virtude da
449 deliberação a respeito do seminário, certo? Então, nós
450 encerramos aqui a nossa pauta, pelo menos a oficial passada pela
451 Ivonete, de hoje, e antes de encerrar eu faculto a palavra aos
452 presentes, caso queiram utilizá-la. A palavra está facultada.
453 **Dra. Rimena Alves Praciano** - O importante é que pela primeira
454 vez se dá a oportunidade de, ao lançar o edital em 2013, poder
455 apresentá-lo de uma forma até didático para as associações
456 governamentais e não governamentais, tirando dúvidas sobre o
457 próprio edital, como também sobre a própria legislação que nos
458 rege aqui o FDID. Além de dúvidas sobre a questão da dotação
459 orçamentária que a gente vai ter a oportunidade de tirar. **Dr.**
460 **Germano Vieira da Silva** - Mais alguém? Posso encerrar? Então,
461 agradecendo o comparecimento de todos, declaro encerrada a nossa
462 reunião de hoje. Muito Obrigado.
463
464

Germano Vieira da Silva
Conselheiro - PGJ

Diêgo Lima de Oliveira
Conselheiro - CONPAM

Rimena Alves Praciano
Conselheira - SESA

Raimundo Batista de Oliveira
Conselheiro - PJMA

ATA DA 78ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 20 de fevereiro de 2013

LOCAL: Auditório da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Ceará.

Antônio Carlos Azevedo Costa

Conselheiro - **DECON**

Diana da Cunha Moura

Conselheira - **SEFAZ**

Anny Soares Oliveira

Conselheira - **SETUR**

Fernando Hugo

Conselheiro - **AL**

Maria Leinad Vasconcelos Carbogim

Conselheira - **FBC**